

UNIVERSIDADE DE UBERABA
IZADORA DE OLIVEIRA SANTOS

A IMPORTÂNCIA DA SAÚDE MENTAL NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM
ESCOLAR DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

UBERABA - MG

2021

UNIVERSIDADE DE UBERABA
IZADORA DE OLIVEIRA SANTOS

A IMPORTÂNCIA DA SAÚDE MENTAL NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM
ESCOLAR DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação
em Psicologia da Universidade de
Uberaba como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel em
Psicologia.

Orientadora: Prof^a Helena Borges
Ferreira

UBERABA

2022

Resumo

O presente estudo esclarece sobre a contribuição da psicologia para a vida escolar da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Trata-se de uma revisão narrativa da literatura científica sobre autismo, emergindo nos campos da psicologia e da aprendizagem. Desse modo, serão priorizados estudos científicos que têm o público infantil como foco de estudo. Foi realizado um levantamento bibliográfico dos artigos e livros publicados entre 2011 e 2021. É de grande importância abordar esse tema, pois se torna crescente o número de crianças diagnosticadas com autismo no ambiente escolar brasileiro e é necessário criar condições favoráveis ao desenvolvimento escolar desses alunos. Essa revisão da literatura visa apontar os desafios diários dos alunos e dos professores dentro de sala de aula, bem como identificar como tem sido priorizada a perspectiva inclusiva de ensino nas escolas brasileiras. **Palavras Chave:** Autismo; Escola; Aprendizagem; Psicologia; Crianças.

Introdução

No presente estudo, iniciamos o conhecimento sobre a criança diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o contexto da educação inclusiva na realidade brasileira. Considera-se que é fundamental a ampliação de discussões sobre a inclusão escolar e os desafios enfrentados tanto pela criança, quanto pelo ambiente escolar em que convive.

O autismo é descrito como uma condição caracterizada pelo desenvolvimento acentuadamente anormal e prejudicado nas interações sociais, nas modalidades de comunicação e no comportamento (GUEDES, 2021). É um transtorno do desenvolvimento neurológico e tem como características comportamentos limitados e repetitivos. Trata-se de uma condição que não tem cura, porém as crianças tendem a melhorar os sintomas quando recebem o tratamento adequado, juntamente com intervenções precoces (SERRA,2010).

Apesar da possível melhora do prognóstico do transtorno, os problemas de comunicação e sociabilidade tendem a continuar ao longo da vida. Por isso, é muito importante que a criança esteja incluída em um ambiente que lhe ofereça o suporte

necessário para que seus sintomas sejam amenizados. Nesse sentido, a discussão sobre a escolarização de crianças com essas condições se faz importante no contexto do autismo e seus desafios na escola.

A escola tem um papel fundamental para a criança com TEA, pois é o lugar onde oferece muitos estímulos para que ela aprenda e se desenvolva. Esse ambiente proporciona experiências de relacionamento social e desenvolvimento de habilidades. O tema que será abordado é de extrema importância para que se entenda o processo de adaptação do aluno autista na escola inclusiva e suas contribuições.

Existem várias formas de atuação que o psicólogo pode ter dentro da escola. Esse ambiente oferece várias oportunidades de refletir e intervir nos diversos desafios que vão surgindo em sua prática profissional (NAVES; SILVA, 2020). É importante para o profissional entender toda a complexidade que a escola tem, principalmente quando há crianças com TEA inclusas no ensino regular.

A prática do psicólogo pode melhorar os processos de ensino e aprendizagem e abranger outras formas que a escola pode aderir para minimizar as dificuldades frente a inclusão. O psicólogo trabalhando a partir da educação inclusiva, pode oferecer estratégias aos professores e equipe escolar, auxiliar a criar modos alternativos de ensino e procurar medidas que atendam as necessidades escolares das crianças com TEA (FONSECA, 2018)

Segundo Vygotsky (2007), quando a criança interage em seu ambiente, ela é capaz de operar processos internos de desenvolvimento e consegue organizar adequadamente os seus conhecimentos.

Apesar do desafio que os educadores apresentam no processo de inclusão, o acesso de alunos com TEA no ensino comum é uma realidade crescente no país. Algumas escolas públicas brasileiras apresentam dificuldades em planejar o ensino a partir das necessidades que a criança com autismo possui. Outros desafios encontrados pelos professores no processo educativo de estudantes com autismo, diz respeito a aspectos sociais, comportamentais, familiares e comunicacionais. As habilidades das crianças com autismo encontram-se prejudicadas e isso pode gerar algumas barreiras para os professores conseguirem o sucesso da inclusão dessas crianças. (CAMARGO et al, 2020)

Nesse sentido, esse estudo tem por objetivo esclarecer sobre a forma que a psicologia se insere em estudos científicos brasileiros no contexto do autismo e da educação escolar. Especificamente, o papel do psicólogo no ambiente escolar ao promover uma inclusão adequada, garantindo o bem-estar dos alunos e equipe nesse processo.

Autismo e suas especificidades

De acordo com o DSM5 – Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – o autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento que tem como característica dificuldades de comunicação, interação social e comportamentos restritos e repetitivos. O autismo é considerado uma síndrome e, diferente de outras doenças ela não tem cura.

O DSM é um livro ditado periodicamente pela Associação Americana de Psiquiatria e é usado como manual para o diagnóstico das condições neuropsiquiátricas por profissionais de saúde, em especial saúde mental. Com o avanço da pesquisa sobre o tema, o Transtorno do Espectro Autista passou a se integrar com o Transtorno Desintegrativo da Infância, o Transtorno Invasivo do Desenvolvimento Não-Especificado e a Síndrome de Asperger. Isso é devido as diversas características dos sintomas que vão de leve, moderado a grave nas manifestações.

Os sinais de alerta podem ser percebidos nos primeiros anos de vida e o diagnóstico precoce, juntamente com intervenções multidisciplinares e apoio educacional, podem contribuir com a melhora dos sintomas.

O termo “autismo” foi utilizado pela primeira vez em 1908 pelo psiquiatra suíço Paul Eugen Bleuler para descrever pacientes com sintomas que ele julgava semelhantes aqueles observados na esquizofrenia (LIBERALESSO, 2020, p.15). Segundo os estudos de Liberalesso (2020), Leo Kanner, em 1943, publica um dos artigos mais importantes para o início do estudo sobre TEA “tendência ao isolamento e um desejo pela mesmice”. Nesse estudo, Kanner fala sobre “autismo infantil precoce”, pois já era possível identificar os sintomas desde a primeira infância.

Em seu livro, Liberalesso (2020) explica que em 1944, o pediatra Johann Hans Friedrich Karl Asperger descreveu pacientes com sintomas citados Kanner e acrescentou que grande parte deles apresentavam interesses por assuntos específicos e restritos. Em 1952, foi publicada a primeira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais – DSM1, que é referência mundial para profissionais da área da saúde mental e nele os sintomas de autismo faziam parte de um subgrupo da esquizofrenia infantil, entretanto, ainda não era reconhecido como uma síndrome específica. Com o passar dos anos, crescem as evidências de que o autismo é um transtorno cerebral presente desde a primeira infância e que pode acontecer em diversos grupos socioeconômicos e em várias partes do mundo independente de raça, cor ou etnia.

Segundo Liberalesso (2020), Lorna Wing contribuiu muito para a psiquiatria do autismo em meados de 1980, realizando a sua pesquisa científica sobre o desenvolvimento socioemocional no campo do autismo. Seu trabalho foi uma revolução na forma de como o autismo era visto naquela época. Ela destacou a contribuição da genética para a origem do transtorno.

Em meados de 1990, o sistema DSM foi atualizando a definição do TEA, e passa a incluir os níveis mais leves do espectro. Em 2007, a ONU (Organização das Nações Unidas) elegeu o dia 2 de abril como o Dia Mundial da Conscientização do Autismo, com o intuito de estimular a sociedade a obter mais conhecimento sobre o tema.

Alguns anos depois, o DSM 5 passa a citar as subcategorias do autismo em um único diagnóstico (TEA) e, em 2015, o Estatuto da Pessoa com Deficiência cria a lei brasileira nº 13.145/15, que é um marco na defesa das pessoas com deficiência e na luta pela igualdade de direitos e o combate a discriminação, que beneficia também as pessoas com TEA.

No que diz respeito aos sintomas do transtorno, cada criança vai desenvolver um conjunto de sintomas de forma diferente e características subjetivas. A partir disso, os níveis de gravidade do autismo se divide em três categorias:

1º leve: prejuízos na comunicação e interação social, pouco interesse em se relacionar com as pessoas, dificuldade de organização e planejamento. Pessoas com o nível leve de autismo não necessitam de tanto suporte.

2º moderado: necessitam de suporte na comunicação e interação social, apresenta déficits na fala e desconforto em mudar de ambientes, demandando ajuda constante.

3º severo: prejuízos graves nas interações sociais, dificuldade extrema em relação as mudanças, dificuldades em realizar tarefas do dia a dia e podem desenvolver outros transtornos relacionados ao neurodesenvolvimento. Necessitam de muito suporte em todo o tempo. (LIBERALESSO, 2020 p. 23-25)

Ainda hoje, na pesquisa brasileira sobre autismo, não foram identificadas causas totalmente desconhecidas do transtorno, porém há estudos que identificam evidências de predisposição genética para o seu desenvolvimento. Existem evidências científicas de que não há uma causa única, mas sim influência de fatores genéticos e ambientais. À medida que os estudos sobre a etiologia do autismo foram avançando, tornou-se claro que haviam evidências de que o TEA tinha base cerebral devido a frequência de transtorno convulsivo, observado durante a infância. Também existiram estudos que consideram os fatores genéticos como uma das causas do autismo. Segundo Volkmar; Wiesnner (2018), tornou-se evidente a existência de ampla variedade dos fenótipos do transtorno. Certamente, em pessoas geneticamente predispostas, o risco de TEA pode aumentar em decorrências de fatores ambientais. Apesar de que estudos sobre os genes ainda estarem em desenvolvimento, vale ressaltar que não há nenhum biomarcador específico para o Transtorno do Espectro Autista.

A ciência, atualmente, está desenvolvendo formas de tratar o autismo logo na infância. O tratamento é capaz de melhorar a comunicação, alimentação, concentração, a diminuição dos movimentos repetitivos e diversos outros sintomas, a fim de melhorar a qualidade de vida do próprio autista e também de sua família. O tratamento da síndrome pode ser composto por equipes multidisciplinares: médico, psicoterapeuta, fisioterapeuta, nutricionista, terapeuta ocupacional e fonoaudiólogo que indicam tratamentos específicos para cada paciente. Atividades que há exposição da criança a estímulos saudáveis podem intensificar o seu neurodesenvolvimento (GADIA, 2004)

Existem vários profissionais da saúde que podem colaborar com o tratamento da pessoa com autismo, porém o diagnóstico é clínico e deve ser feito por profissionais

especializados como um médico especialista em saúde mental. De acordo com estudos feitos pela UFRGS, esse profissional fará o diagnóstico por meio da observação da criança em diferentes aspectos e também conversando com os pais sobre todos os sintomas presentes. Muitas vezes os primeiros sinais podem ser observados na escola ao identificar dificuldades na interação e na aprendizagem (MIELNICZUK, 2017). A participação da família é fundamental para o desenvolvimento educacional da criança. A partir do momento em que os pais conhecem a origem do comportamento do filho, é possível ajuda-lo a solucionar problemas e prevenir crises e situações que causam dificuldades.

A saúde mental da criança autista e o processo de ensino- aprendizagem

A saúde no ser humano não se limita somente a ausência de doença. Ela se dá ao bem-estar físico, mental e social que compreende as dimensões da vida do indivíduo. E de acordo com a OMS, saúde mental é definida como um bem-estar, no qual a pessoa percebe as suas habilidades, lida bem com o cotidiano, trabalha produtivamente e é capaz de contribuir para a sua comunidade (GAIANO, 2018).

A atenção à saúde mental na infância está associada ao desenvolvimento tanto físico quanto emocional. Esse desenvolvimento é um processo único e é importante considerar o contexto de vida, a dinâmica familiar, crenças e culturas, sendo assim, a escuta qualificada e uma boa avaliação é fundamental no processo de identificação de um possível problema ou dificuldade que a criança está vivenciando. Segundo Gauy e Guimarães (2006 p.1), uma avaliação clínica apropriada deve considerar as queixas e comportamentos tanto em situações específicas quanto em situações amplas, e essa avaliação requer uma definição de alvos e procedimentos específicos para a coleta de informações. As autoras falam sobre a avaliação clínica infantil da seguinte forma:

A avaliação dos transtornos da infância é um trabalho complexo devido, principalmente, às dificuldades de expressão verbal e de reconhecimento das próprias emoções e ações pela criança avaliada. Essa dificuldade é, pelo menos em parte, solucionada pela inclusão dos pais na equipe de avaliação, porque eles têm maior chance de observar comportamentos de baixa incidência ou de ocorrência restrita a momentos e ambientes específicos. Desde o processo de avaliação diagnóstica até o momento em que a criança é inserida em seu meio social, faz-se necessário o envolvimento dos pais de forma

atenda e cuidadosa. É importante que todos os envolvidos no processo educativo da criança estejam atentos a todas as dificuldades e observar se são momentâneas ou se são recorrentes.

Segundo Tabile e Jacomento (2017), o processo de aprendizagem acontece a partir do ganho de conhecimentos, valores, habilidades, sendo através do estudo, do ensino ou da experiência. De acordo com Vygotsky (1998), os processos de desenvolvimento e aprendizagem estão interligados e sempre passam pela mediação. Toda a aprendizagem e desenvolvimento só são possíveis através das interações sociais, nas quais a linguagem desempenha um papel essencial.

Em seu livro, Vygotsky (1998) diz que a criança consegue verbalizar o seu pensamento à medida que vai se desenvolvendo. A partir de certo ponto, a linguagem penetra em seu subconsciente para se constituir na estrutura do pensamento da criança. Em um certo momento, a criança descobre que tudo tem um nome e começa a atribuir nomes aos objetos. Quando ela não encontra a palavra, ela recorre a um adulto para ajudá-la na formação de novos conceitos. E de acordo com o autor, é a partir dessas primeiras interações que a criança consegue usar a linguagem como forma de interação social.

Vygotsky explica também que nesse desenvolvimento cognitivo, a linguagem é essencial na determinação de como a criança vai aprender a pensar, visto que os pensamentos mais avançados são transmitidos através das palavras. Ao falar de aprendizagem infantil, no ambiente escolar os alunos são estimulados as práticas que valorizam cada ação. A escola contribui para que as crianças conquistem habilidades que possibilitam maior autonomia diante situações e desafios que serão enfrentados em suas vidas. Ao se tratar dos alunos com TEA, estamos falando sobre a inclusão educacional do aluno que gera diversos desafios em toda a equipe pedagógica. De acordo com RAMOS *et. al.* (2016) A inclusão tem um papel crucial na preparação dos profissionais da educação, apoio familiar e suporte aos professores. É preciso ver esse aluno como um ser biopsicossocial, e não focar o seu olhar para o transtorno, mas considerar o aluno capaz e também repleto de potencialidades.

Devido as diferentes características dos alunos com TEA, que variam de criança para criança, o processo de aprendizagem na escola requer adaptações que vão contra os métodos tradicionais de ensino. Nesse contexto, os professores se

deparam com os desafios oriundos da educação inclusiva, visto que eles atuam com metodologias que atendem ao padrão cultural de homogeneidade entre todos os alunos. É possível perceber na maioria das escolas regulares, o desafio que o professor enfrenta ao ministrar as aulas em salas cheias sendo que cada aluno aprende da sua maneira. Na presença de um aluno com TEA, esse desafio torna-se ainda maior. Diante disso, é importante se falar sobre os direitos de todas as crianças frequentarem uma escola comum, e também sobre como os educadores podem fornecer um ensino adaptado que atendam as necessidades que a criança com TEA apresenta. Além disso, é importante se refletir sobre como o psicólogo na escola pode garantir a permanência e o progresso de crianças autistas dentro de sala de aula. Fonseca (2018) explica como o psicólogo pode contribuir com a escola inclusiva da seguinte maneira:

Como atividades que podem ser desenvolvidas pelo psicólogo escolar junto aos professores têm-se: apoio tanto na definição de objetivos educacionais, conteúdos, métodos e materiais didáticos como na articulação teórico-prática; suporte à autonomia do professor; promoção e/ou coordenação de atividades de desenvolvimento profissional, como treinamentos especializados, grupos vivenciais; orientação, intervenção e acompanhamento tanto para dificuldades individuais e/ou coletivas como para casos de inclusão; e, participação e/ou coordenação de reuniões multidisciplinares para discussão de casos.

Diante do exposto, é possível perceber que a atuação do psicólogo escolar junto aos professores perante a Educação Inclusiva mostra-se importante para a escola, sendo equipe pedagógica e alunos os principais beneficiados. Além disso, é necessário que todos os profissionais envolvidos estejam atentos aos aspectos psicológicos de cada criança autista, visto que, cada aluno aprende da sua maneira e em variadas formas de expressão. Reflete-se assim, sobre a importância de se aderir posturas mais flexíveis e dinâmicas para lidar com as diversas demandas.

Conclusão

Esta pesquisa teve como objetivo entender qual é a importância da saúde mental para o aprendizado da criança com TEA dentro do ambiente escolar. A realização desse estudo ressaltou a relevância da comunicação entre a Psicologia e a Educação para o desenvolvimento e a permanência das crianças autistas nas escolas regulares, visto que é um direito de todas elas. Foi possível compreender

através dessa pesquisa, que é essencial que o psicólogo atue junto aos professores com o mesmo objetivo que é de fornecer uma educação inclusiva e eficaz.

Com base no conhecimento obtido, nota-se a necessidade de se atentar a saúde mental do aluno com TEA, levando em consideração o seu contexto de vida e suas principais dificuldades e potencialidades. Entender que os aspectos psicológicos da criança autista interferem de forma direta no seu processo de ensino, é de extrema relevância para todos os profissionais envolvidos. No entanto, destaca-se também as necessidades dos professores de desenvolver novas habilidades para a escolarização de crianças com autismo a partir dos desafios que encontram durante todo esse processo.

Conclui-se que ainda é necessário se produzir estudos científicos mais amplos sobre a inclusão de crianças com autismo e como o psicólogo pode atuar nesse contexto. Diante disso, considera-se importante a realização de estudos e pesquisas mais aprofundadas sobre o tema, além disso, é preciso produzir questionamentos e a requerer esforços das políticas públicas e da comunidade acadêmica e científica para que uma efetiva inclusão das diferenças seja garantida nas escolas brasileiras.

Referências

Brasil, Ministério da Saúde. **Transtorno do Espectro Autista na criança**. 2020. Disponível em <<https://linhasdecuidado.saude.gov.br/portal/transtorno-doespectro-autista/definicao-tea/>>. Acesso em 05/ Abril. 2022.

CARMARGO, S. P. H.; SILVA, G. L.; CRESPO, R. O.; OLIVEIRA, C. R.; MAGALHÃES, S. L. Desafios no Processo de Escolarização de Crianças com Autismo no Contexto Inclusivo: Diretrizes Para Formação Continuada na Perspectiva dos Professores. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, 2020, Vol. 36. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/6vvZKMSMczy9w5fDqfN65hd/?lang=pt>>. Acesso em: 04/ Jun. 2021.

FONSECA, T.S; FREITAS, C.S.C.; NEGREIROS, F. **Psicologia Escolar e Educação Inclusiva: A Atuação Junto aos Professores**. 2018. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S1413-65382418000300008> > Acesso em: 20 Mai. 2022.

GADIA, C.A.; TUCHMAN, R.; ROTTA, N.T. **Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento**. 2004. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/jped/a/mzVV9hvRwDfDM7qVZVJ6ZDD/?format=pdf&lang=pt> > Acesso em: 26 Abr. 2022.

GAINO.L.V. et.al. **O conceito de saúde mental para profissionais de saúde: um estudo transversal e qualitativo**. 2018. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/smad/article/view/149449/151279> > Acesso em 05/04/2022

Gauy, Fabiana Vieira e Guimarães, Suely Sales **Triagem em saúde mental infantil**. Psicologia: Teoria e Pesquisa 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/Z7wH9WpGPbhWKtnFVjwpLYH/?lang=pt&format=html#> >. Acesso em: 25 Abr. 2022.

GUEDES, Nelzira Prestes da Silva; TADA, Iracema Neno Cecilio. A Produção Científica Brasileira sobre Autismo na Psicologia e na Educação. **Psicologia: Teoria**

e **Pesquisa**, Brasília, Jul-Set 2015, Vol. 31 n. 3. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/wHQxZZWnLQKtnJS447QfpFb/?lang=pt>>. Acesso em: 04 Jun. 2021.

INSTITUDO NEURO SABER. **DSM5 e o diagnóstico no TEA**. 2020. Londrina, PR. Disponível em < <https://institutoneurosaber.com.br/dsm-5-e-odiagnostico-no-tea/> >. Acesso em: 05 Abril. 2022

LIBERALESSO,P. **Compreensão e práticas baseadas em evidências**. Curitiba; Capricha na Inclusão. 2020.

MIELNICZUK, Luciana. **Descobrimo o Autismo**.2017. Disponível em < <https://www.ufrgs.br/jordi/171-autismo/> > Acesso em: 05 Abril 2022

NAVES, R.M.; SILVA,S.M.C. Atuação das Psicólogas Escolares no Sul e Sudoeste Goiano: Concepções e Desafios. **Revista interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte,2020. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S19838220202000030008> . Acesso em 22 de junho de 2021.

RAMOS, Felipe *et. al.* **O papel do psicólogo escolar no processo de inclusão educacional de pessoas com deficiências**. Ed. Campina Grande: Realize, 2016. Disponível em < http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2016/TRABALHO_EV060_MD1_SA12_ID3239_20102016213613.pdf > Acesso em: 20 Mai. 2022.

RIBEIRO, L.D.M.; SILVA, R.L.F.C.; CARNEIRO, L.L. **Vygotsky e o desenvolvimento infantil**. Fapeg, 2016.

SERRA.D. **Autismo, família e inclusão**. 2010. Disponível em < <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/2693/1854> > Acesso em: 26 Abr. 2022.

TABILE, A.F.; JACOMETO, M.C.D. **Fatores influenciadores no processo de aprendizagem: um estudo de caso**. São Paulo, 2017. Disponível em < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01038486201700010008 > Acesso em: 25 Abr. 2022.

VYGOTSKY LS. **Pensamento e linguagem.** 3ª ed. São Paulo, 1998.

Disponível em <

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4202719/mod_resource/content/1/pensamentolinguagem.pdf > Acesso em: 25 Abr. 2022

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente.** 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007

VOLKMAR, F.R.; WIESNER, L.A. **Autismo: guia essencial para compreensão e tratamento.** Artmed, 2018.